

ALÉXIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA

Diagnóstico Rápido Participativo (DRP): uma análise da literatura
acadêmica brasileira

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2025

ALÉXIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA

Diagnóstico Rápido Participativo (DRP): uma análise da literatura
acadêmica brasileira

Monografia apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo.

Orientador: Marcelo Miná Dias

Viçosa, Minas Gerais
2025

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Objetivos:	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
3. METODOLOGIA	18
3.1. Pesquisa e seleção dos artigos	18
3.2. Critérios de exclusão e inclusão	19
3.3. Leitura e análise dos artigos selecionados	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1. Atores e agentes	24
4.2. Contextos recorrentes	27
4.3. Tipos de aplicação e suas relações com os princípios teóricos fundamentais	30
4.4. Análise dos resultados	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

RESUMO

A pesquisa analisa o uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no Brasil, destacando sua aplicação em contextos rurais e urbanos por meio de uma revisão integrativa da literatura. Os resultados indicam que a metodologia é mediada principalmente por instituições de ensino superior e programas de extensão universitária. Observou-se uma relação entre o uso diversificado de ferramentas e a aplicação de mais princípios teóricos do DRP, como inclusão social, construção coletiva, complexidade, emancipação e desenvolvimento. Sendo a inclusão social e o desenvolvimento os princípios mais encontrados nos textos. Há lacunas no registro de aplicações e experiências, dificultando a avaliação crítica da aplicação do método. Conclui-se que o DRP é uma ferramenta valiosa para o planejamento participativo e a transformação social, desde que aplicado com rigor metodológico e alinhamento teórico.

Palavras-chave: DRP; Diagnóstico Rápido Participativo; Diagnóstico Rural Participativo; Metodologias participativas.

ABSTRACT

The study examines the use of Participatory Rapid Appraisal (PRA) in Brazil, focusing on its use in rural and urban contexts through an integrative literature review. Results show that the methodology is mainly facilitated by higher education institutions and extension programs. It was found between diverse methodological tools and PRA's theoretical principles, such as social inclusion, collective construction, systemic complexity, emancipation and development. Social inclusion and development were the most prevalent principles. Gaps in documenting applications and experiences hinder critical evaluation of the method's utilization. PRA is concluded to be a valuable tool for participatory planning and social transformation when implemented with methodological rigor and theoretical alignment.

Keywords: PRA; Participatory Rapid Appraisal; Participatory Rural Appraisal; Participatory methodologies.

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Rápido Participativo surgiu do Rapid Rural Appraisal (RRA) nos anos 1970, desenvolvido graças à convergência de uma série de programas de pesquisas, vinculados à análise de agroecossistemas, à antropologia aplicada e à pesquisa de campo sobre agricultura, associada à necessidade de acesso rápido a dados socioeconômicos demandados na época para a expansão da indústria (CAMPBELL, 2002). A princípio, o método era caracterizado pela produção rápida de resultados. Posteriormente foi dividido em quatro métodos de RRA (Participatory RRAs, Exploratory RRAs, Topical RRAs, e Monitoring RRA), sendo que a primeira metodologia deu origem ao Participatory Rural Appraisal (PRA) (CHAMBERS, 1997). Ele foi trazido ao Brasil, a partir dos anos 1980, por organizações não governamentais (ONGs) que procuravam, em projetos de desenvolvimento local, uma forma de conciliar o saber técnico e o saber prático de agricultores (GOMES; SOUZA; CARVALHO, 2000).

Em paralelo ao surgimento das primeiras experiências com diagnósticos participativos, o Brasil vivia uma política de modernização agrícola (1963-1984), no contexto da Revolução Verde. Ao longo da década de 1970, de acordo com Dias (2007), a extensão rural estatal se institucionalizou no Brasil com o ideal do “difusionismo produtivista”, pautado em uma lógica de mercado voltada à exportação de *commodities*. O resultado foi a consolidação de “[...] um sistema de extensão feito pelo e para o capital, de forma que os fatores sociais e ambientais são pouco relevantes e, diversas vezes, são vistos como empecilhos ao desenvolvimento econômico.” (LELIS; COELHO; DIAS, 2012, p. 74)

Influenciado pela redemocratização do Brasil, surgiu naquela época o movimento “repensar da extensão rural”, o qual teceu diversas críticas à postura extensionista, sendo a principal delas a crítica ao difusionismo produtivista. A fase do difusionismo foi um período do extensionismo marcado pela disponibilização de crédito rural de caráter coercitivo, associado à adoção de pacotes tecnológicos, com uma política voltada para produção especializada, em larga escala e altamente dependente do consumo de insumos externos. Buscava-se, através de “excessiva tutela” do Estado, que o campo contribuísse para o desenvolvimento econômico do país (FIGUEIREDO, 1984).

Essa postura colocou os técnicos em uma posição de “agentes de mudança ou do desenvolvimento”, responsáveis por levar a inovação aos agricultores, que se tornavam

“adotantes” das propostas difundidas, com pouco ou nenhum espaço para tomar decisões. Essa visão, autoritária e descomprometida com as experiências e demandas dos pequenos produtores, minava a possibilidade de diálogo. Segundo Figueiredo (1984), esse contexto propiciou que as ações extensionistas fossem concentradas em locais e tipos de sistemas de produção que respondessem melhor aos incentivos do “progresso técnico”. Para o autor, a extensão aderiu ao “caráter elitista e excludente do estilo de desenvolvimento vigente”.

Segundo Dias (2007), em 1985, em um contexto de redemocratização do país, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) propôs mudanças radicais na ação extensionista. Esta proposta foi parcialmente objetada pela corporação extensionista das Emater, pois tinha o propósito de aproximar a ação extensionista do público mais empobrecido, que hoje conhecemos como “agricultura familiar”. A reforma visava apoiar a inclusão produtiva desses produtores em mercados internos, defendendo que as ações extensionistas fossem orientadas, de um modo geral, por princípios da pedagogia de Paulo Freire. Apesar da resistência, abriu-se espaço para reflexões sobre novas práticas e a missão de aproximação entre a ação extensionista e a agricultura familiar. No entanto, as inovações metodológicas nas práticas de ATER não prosperaram nas agências governamentais, mas em instituições de ensino e, principalmente, em organizações não governamentais (ONGs).

Outra crítica realizada pelo movimento “repensar da extensão rural” foi a de que os técnicos e os beneficiários dos projetos muitas vezes falavam “linguagens descontínuas”, diminuindo seu comprometimento com a “efetividade dos resultados” (GOMES; SOUZA; CARVALHO, 2000, p. 110). Em suma, entre os diversos obstáculos destacados, como a falta de incentivo à autonomia e emancipação dos beneficiários, a exclusão de uma parcela vulnerável da população e a valorização dos saberes técnicos em detrimento dos saberes locais, permanecia também a dificuldade de alcançar um entendimento mútuo durante os diálogos, quando eles eram propostos.

Os diagnósticos participativos ganharam espaço neste contexto. Segundo Souza (2009), que trata da aplicação do DRP em assentamentos rurais, de um modo geral a “participação” passou a ser utilizada em peso após a redemocratização, principalmente para a validação de ações realizadas por instituições políticas e sociais. A princípio, o termo participação era utilizado de maneira superficial, como se qualquer problema pudesse ser resolvido apenas com a participação dos envolvidos. Para o autor, a forma com que o termo era utilizado serviu “[...] em primeira instância, para controlar a participação do povo nas decisões e debates mais importantes” criando um ambiente de “ilusão de participação política

e social”. Essa crítica do autor se alinha com a perspectiva de diversos outros autores, como Diesel *et al.* (2006) e Dias (2007), que constataram que o movimento de “repensar da extensão rural”, ao enfatizar a participação como método, ainda que tenha sido importante na abertura de discussões pertinentes, não teria tido capacidade de mudar anos de consolidação de uma visão ligada ao difusionismo-produtivista e assistencialista.

O tipo de participação que Souza (2009) denomina “participação manipulada”, juntamente com a “participação concedida”, são as formas que mais ocorrem nos processos de diagnósticos e planejamentos participativos. Nesse sentido, vemos que, embora os processos participativos tenham sido, aos poucos, incorporados no campo extensionista, e tenha conseguido atingir a agenda governamental, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), promulgada pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a utilização de “metodologias participativas” não significa necessariamente uma construção democrática da solução, pois o método pode ser utilizado como uma simples ferramenta para coleta de dados ou manipulação da percepção do poder decisório dos envolvidos.

A concepção ideal de participação poderia ser definida como a inclusão efetiva das partes interessadas em todas as etapas de um processo de intervenção, desde o planejamento até a avaliação dos resultados, permitindo aos envolvidos influenciar, tomar decisões e assumir parte do controle sobre o desenvolvimento de iniciativas que os afetam. Isso exige mais do que apenas informar ou transferir tecnologias, demandando o envolvimento ativo e colaborativo das pessoas para quem o processo é desenvolvido. (Leeuwis (2004) *apud*. BRACAGIOLI NETO; DAL SOGLIO, 2022).

Considerando esta definição, entendemos que a evolução do DRP no contexto brasileiro parece refletir não apenas avanços teóricos e metodológicos, mas também mudanças significativas nas abordagens, políticas e percepções em relação à participação e à construção compartilhada do conhecimento. Com isso, em processos decisórios coletivos, percebe-se que a expressão de cidadãos privados de uma socialização política pode ser facilitada justamente pelos métodos do DRP, caso a aplicação do diagnóstico não seja apenas uma ferramenta de “participação ilusória” (SOUZA, 2009), mas uma ferramenta de emancipação, como trata Pereira (2017).

O autor apresenta reflexões sobre a aplicação do método, que, apesar de estar voltado para o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE), pode ser estendido às demais metodologias participativas abordadas neste trabalho. Isso ocorre porque, embora o DRPE

ênfatize o aspecto emancipador — que será tratado mais adiante —, ele ainda faz parte do conjunto de denominações atribuídas às metodologias participativas no Brasil.

O autor aponta que, na primeira aplicação, a qualidade e a quantidade de informações coletadas pelas equipes variaram consideravelmente. No entanto, ao longo das quatro experiências seguintes, o método foi aperfeiçoado, buscando, a partir da perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire, se alinhar cada vez mais aos seus objetivos. Esses objetivos são:

- a) identificar e analisar os temas geradores dos participantes, motivando-os metodologicamente a problematizar sua própria realidade, com a finalidade de estabelecer suas prioridades, avaliando as ações que eles mesmos podem realizar e aquelas que caberiam às instituições locais, estaduais e federais;
- b) levantar informações de natureza qualitativa e quantitativa a fim de elaborar estratégias de ação para os próprios participantes; e
- c) identificar limitações e potencialidades estruturais de organização dos participantes da ação (Pereira, 2017, p. 24).

Embora a primeira utilização do DRPE em assentamentos tenha sido apenas em 1997, Souza (2009) nos atenta para a utilização crescente dos métodos participativos a partir dos anos 1980 e sua relação com o surgimento de diversos assentamentos rurais por todo o Brasil com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para o MST, segundo o autor, “[...] a metodologia se tornou quase que de utilização obrigatória para o diagnóstico e planejamento socioeconômico” (SOUZA, 2009, p. 35). A maior diversificação no uso do método e na pluralidade dos agentes que o aplicam propicia o surgimento de variações na aplicação do DRP. Dessa forma, faz-se necessário uma averiguação da produção científica no campo dos diagnósticos participativos para mapear as áreas de utilização do método e os questionamentos acerca de sua aplicabilidade. Assim sendo, por meio de uma revisão integrativa da literatura (MOTA DE SOUSA *et al.*, 2018), é pretendido contribuir para a sistematização das práticas do DRP no Brasil e reflexões sobre possíveis melhorias na aplicação e no registro da metodologia.

1.1. Objetivos:

1.1.1. Objetivo geral:

Realizar uma análise qualitativa e quantitativa dos artigos científicos produzidos no Brasil, em português, a respeito dos diagnósticos rápidos e participativos no período de 2000 a 2023, visando identificar padrões, lacunas de pesquisa, e principais contextos de uso do DRP.

1.1.2. Objetivos específicos:

- Mapear as principais organizações que utilizam a metodologia.
- Identificar os atores sociais foco das intervenções analisadas nos artigos acadêmicos selecionados.
- Identificar quais são os contextos sociais que aparecem com maior recorrência de utilização do método.
- Verificar quais são as principais aplicações das metodologias participativas nos trabalhos analisados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conforme conhecemos hoje, pode ser definido como um processo de inquirição e coleta de dados, que, através de um conjunto de instrumentos e técnicas, busca incluir a perspectiva de todos os indivíduos envolvidos e dos grupos de interesse na ação de diagnóstico. Portanto, subverte os papéis habituais de pesquisadores e pesquisados na elaboração de análises acerca de questões, problemas ou processos presentes em determinada situação (FERREIRA DE FREITAS; FREITAS; DIAS, 2013). Dessa forma, tem potencial de contribuir para um “desenvolvimento autônomo” por considerar a expressão de peculiaridades da realidade local, bem como os costumes, os saberes populares e os aspectos socioeconômicos em geral, possibilitando que estas características sejam incluídas nas propostas de intervenção.

Considerando o campo da intervenção pública para a promoção do desenvolvimento rural, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990, a extensão rural passava por uma crise institucional. Em um contexto de emergência de uma política neoliberal, com significativa redução de recursos públicos direcionados a políticas sociais, a intervenção estatal em todos os campos foi reduzida, acarretando a extinção da Embrater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) (DIAS, 2007). Com isso, as empresas estaduais de extensão rural (EMATER) passaram a contar apenas com recursos estaduais e municipais. Este período coincidiu com a busca de alternativas de financiamento das ações e de referências para a prática extensionista. Este ímpeto inovador, segundo Dias (2007), não significou, no entanto, o abandono dos ideais assistencialistas e do difusionismo-produtivista prevalentes durante o processo de modernização agrícola dos anos 1960 e 1970, em que a extensão rural atuou primordialmente sob orientação do difusionismo.

Diesel *et al.* (2006) também pontuam que esse contexto incentivou a descentralização político-administrativa e a diversificação de iniciativas de promoção do desenvolvimento rural, evidenciando a atuação de diversas organizações e entidades além das EMATER. Embora esta diversificação não tenha representado uma ameaça à “cultura dominante” no extensionismo, os autores argumentam que a nova dinâmica provocou uma maior diversidade no campo de atuação e nos enfoques metodológicos, inclusive com a incorporação de referências participativas e do DRP.

Sendo assim, a adesão parcial aos métodos participativos na extensão rural ocorreu em

um contexto no qual as ações que anteriormente eram “percebidas socialmente como porta-vozes do governo (especialmente o federal)” passaram a ser operacionalizadas de forma descentralizada e local, o que possibilitou uma maior diversidade na aplicação dos métodos, pois foi possível adaptá-los à realidade específica de cada região, considerando-se a inadequação de métodos padronizados (DIESEL *et al.*, 2006). Além disso, o enfraquecimento da assistência técnica governamental levou os aparatos públicos de extensão rural a firmar convênios com sindicatos e cooperativas, estimulando a proliferação de outros agentes na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Portanto, vemos que as metodologias participativas foram disseminadas em situações de descentralização e, com isso, ao longo dos anos houve registros da utilização das metodologias participativas com intuítos e nomenclaturas diversas, além de adotadas por agentes de intervenção variados, como extensionistas do aparato público, ONGs e instituições privadas. Marinho e Freitas (2015), apontam algumas nomenclaturas encontradas na utilização das metodologias participativas na ATER, como: Diagnóstico Participativo (DP); Diagnóstico de Desenho; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Diagnóstico Rural Participativo (DRP); Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE); Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental (DRPA) e; Diagnósticos Rápidos de Sistemas Rurais (DRSR).

Independente da natureza da organização que aplica o método, a participação e a inclusão das partes envolvidas no diagnóstico é o fundamento epistêmico do DRP. A técnica tem sido aplicada em organizações urbanas, assim como nas rurais, haja vista sua função política de interferência no processo decisório. Gomes, Souza e Carvalho (2000) abordam o DRP como um possível instrumento de planejamento para a mitigação de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. Para isso, os autores analisam e descrevem algumas das técnicas que eles consideram importantes para este fim. Analisam, por exemplo, produtos gerados por diagnósticos rápidos e participativos em experiências práticas que foram utilizadas em diferentes projetos e programas de desenvolvimento municipal e microrregional. Também destacam sua importância para tratar questões ambientais. Concluem que este tipo de utilização da permite que “[...] os empreendimentos projetados através do DRP processam uma negociação de interesses sócio-econômicos, técnicos e culturais, aumentando suas chances de sustentabilidade” (GOMES; SOUZA; CARVALHO, 2000, p. 118).

Ainda no contexto rural, o DRP é abordado por Souza (2009) como um conjunto de técnicas utilizado no planejamento participativo nos assentamentos rurais da mesorregião do

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O autor realizou um estudo aprofundado das técnicas utilizadas, além de acompanhar sua aplicação durante o processo de diagnóstico e planejamento em dois assentamentos em municípios distintos. Dessa forma, foi possível realizar um registro teórico aprofundado de cada atividade, evidenciando que essa metodologia demonstrou maior eficiência em comparação com as abordagens anteriormente analisadas pelo autor, que menciona o “método *top-down*”, mas sem especificar as técnicas comparadas. O autor concluiu que o conjunto de técnicas deve ser utilizado de forma mais criteriosa pelos responsáveis por sua aplicação, de forma a ostentar participação e promover o protagonismo dos atores sociais.

O diagnóstico participativo também foi analisado a partir de seu “propósito emancipador” em situações em que foi denominado Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) (PEREIRA, 2017). Neste caso, o DRP é aplicado com o objetivo de promover a “emancipação” dos participantes, tendo incorporado as contribuições de Paulo Freire e a visão habermasiana¹. Portanto, nesta concepção, a aplicação das técnicas DRPE busca conduzir à formação da consciência nos participantes com vista a libertá-los da dependência tutelar. Segundo Thiollent (2002), a emancipação refere-se à superação de situações de dependência e opressão, permitindo que indivíduos ou grupos atuem com autonomia e liberdade. No século XXI, esse conceito abrange a luta contra discriminações sociais, raciais e de gênero, sendo especialmente relevante no contexto educacional, onde projetos emancipatórios possibilitam o acesso ao conhecimento e a superação de desigualdades sociais.

O DRPE também possui o propósito de ser uma ferramenta alternativa para a gestão social, visto que contribui para a tomada de decisões de forma deliberativa e democrática (TEIXEIRA *et al.*, 2019). Para os autores, esse método possibilita uma rápida produção de dados qualitativos e quantitativos da realidade, além de ter a capacidade de ser utilizado como um mecanismo de leitura e modificação participativa e dialógica das circunstâncias. Diante disso, eles concluem que ao quebrar o silêncio e a falta de participação da sociedade e possibilitar uma reflexão crítica da realidade, o DRPE “[...] constitui uma das bases necessárias para a prática da gestão social, assim como o planejamento estratégico é relevante para a gestão estratégica” (TEIXEIRA *et al.*, 2019, p. 17).

¹ Baseia-se em Jürgen Habermas, o filósofo alemão que construiu um ideal de comunicação autêntica e razoável, imprescindível na participação democrática livre de toda coerção e na formação de consenso. Para Habermas, a comunicação ideal ocorre quando todos os envolvidos têm voz igual e liberdade para questionar e argumentar, sem pressão externa.

Também no cenário rural, NUNES *et al.* (2021) nos trazem a utilização do DRP para identificar possíveis conflitos ambientais causados pela usina eólica no município de Caetés-PE. Para isso técnicas de DRP foram aplicadas com agricultores locais em oficina, visando levantar possíveis desconfortos notados durante as atividades agropecuárias.

Nos textos citados até o momento, o DRP aparece como uma metodologia de análise e registro da realidade e em outros casos é tratado como, além de metodologia, uma ferramenta de desenvolvimento e empoderamento com o propósito educativo e dialógico. É importante ressaltar que o “desenvolvimento” em si não é um termo de sentido único (BRACAGIOLI NETO; DAL SOGLIO, 2022). Caso analisado por um prisma evolucionista pode trazer ideais colonizadoras que se opõem ao sentido inicial do processo participativo de cunho emancipatório. Além disso, com diversidade de funções atribuídas ao método, como a de diagnóstico em si (com a busca de produção de conhecimentos a respeito de uma realidade), a função de ferramenta para pesquisa que comporte a participação dos envolvidos, e a de construção de conhecimento de maneira coletiva, a essência do método pode ser afetada.

Para que a integridade seja mantida e o uso instrumental do método seja percebido nas análises futuras, é importante que a técnica esteja assentada em fundamentos teórico-filosóficos-políticos que compõem sua essência teórica original. Considerando a literatura analisada, foi possível identificar alguns pilares fundamentais que sustentam teoricamente o DRP. Estes fundamentos são representados por concepções complexas, objeto de várias disputas sobre seus significados. A seguir buscamos, com a revisão da literatura, identificar parâmetros definidores mínimos que servirão, neste estudo, para balizar a análise a ser desenvolvida na próxima seção.

a) Inclusão social

O primeiro princípio essencial do DRP trata da valorização e incorporação das diversas perspectivas presentes no grupo ou comunidade envolvida. Neste sentido, a participação social adquire o significado de promover a construção de conhecimento com, e não para, os atores envolvidos. Buscando incluir todos e especialmente aqueles que são tradicionalmente excluídos ou marginalizados no processo de planejamento e decisão acerca de alternativas ou soluções que fundamentam os processos de intervenção. Esses grupos marginalizados representam aquelas e aqueles que sofrem algum tipo de discriminação e, por

isso, têm sua participação dificultada ou impedida. Inclui a parcela mais empobrecida da população, com limitações em educação formal e, por vezes, não alfabetizada, historicamente ignorada por agentes de perfil tecnicista (CAPORAL; COSTABEBER, 1994). Há também, neste fundamento do DRP, a necessidade de garantir o princípio da equidade, isto é, a igualdade de oportunidade para cada participante contribuir e se beneficiar com o processo de diagnóstico e de ação que dele resulta.

Para tanto, é necessário criar um ambiente de interação acolhedor, seguro e fornecer aos participantes acesso às informações e ferramentas indispensáveis para a participação efetiva. Esse processo pode favorecer a conscientização crítica e o surgimento de lideranças e agentes locais impulsionadores de mudança. A ênfase na inclusão social também pode garantir que as comunidades não apenas recebam soluções externas, mas sejam protagonistas na identificação de suas próprias necessidades e na elaboração de estratégias de desenvolvimento; e possam entender e influenciar o processo de intervenção de forma ativa.

b) Empoderamento e emancipação

O segundo princípio identificado se relaciona diretamente com a teoria pedagógica libertadora apresentada nas obras de Paulo Freire, principalmente em seu livro “Pedagogia do Oprimido”. O caráter emancipatório associado ao método faz com que a participação não seja puramente instrumental. Freire propõe uma educação problematizadora, que parte de uma realidade concreta e busca desconstruir uma dada ordem social injusta e opressora. Seu método pedagógico dialético visa à conscientização das classes populares, relacionando teoria e prática na luta pela desalienação e emancipação humana (CARVALHO; PIO, 2017). Assim sendo, o DRP, ao incorporar como pilar a teoria freiriana da educação libertadora, desloca o papel central no diálogo do corpo tecnocrata para o coletivo ou a comunidade, que, ao vivenciar e elaborar um conhecimento sobre os problemas, poderá traçar melhor os seus objetivos e os caminhos que lhes convém para atingi-los, possibilitando que tenham o protagonismo na efetivação de mudanças e no desenvolvimento local. Desta forma, a construção colaborativa do diagnóstico tem o potencial de gerar autonomia e capacidade de autogestão de uma proposta de desenvolvimento.

c) Construção coletiva do conhecimento

O construtivismo pode ser considerado o terceiro princípio identificado na fundamentação do DRP, visto que essa tese defende o papel ativo na construção do

conhecimento. Sendo assim, os conceitos abordados por Jean Piaget e Lev Vygotsky têm papel central no embasamento da metodologia participativa em sua função de produção de conhecimentos para a ação e a mudança. Piaget enfatiza que o desenvolvimento cognitivo ocorre à medida que os indivíduos interagem com o meio, enquanto Vygotsky ressalta que o aprendizado é mediado socialmente, sendo o conhecimento construído em colaboração com outros (MORO, 1991). Essas compreensões sobre o processo de aprendizado se relacionam diretamente com a proposta de construção coletiva de conhecimento que é observada no DRP, que possibilita a transformação da “inteligência individual” em “inteligência coletiva” (BRACAGIOLI NETO; DAL SOGLIO, 2022). Refletindo na importância de encorajar e estimular a participação direta de coletivos e das comunidades na expressão de seus saberes e experiências, no diálogo entre locais e agentes facilitadores externos, no planejamento e na execução de estratégias para o desenvolvimento local, possibilitando que os indivíduos como comunidade possam contribuir e aprender ao longo do processo. Relacionando-se com a principal contribuição da pedagogia freiriana que, segundo Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022), ocorreu no campo conceitual, ao enfatizar que a população pobre possui capacidades e pode colaborar na identificação de seus problemas e na busca por soluções.

No DRP, a interação entre diferentes atores sociais, como gestores públicos, comunidades e organizações têm o potencial de promover o aprendizado mútuo. A troca de experiências entre esses grupos acelera a construção do conhecimento coletivo. Assim, o DRP se fortalece com a participação ativa, transformando o processo de diagnóstico em um espaço de diálogo contínuo e recíproco, no qual o intercâmbio entre distintos conhecimentos e percepções é dinâmico; e se constrói por meio do engajamento direto e da participação mútua.

d) Complexidade e enfoque sistêmico

Este princípio tem no enfoque sistêmico de Niklas Luhmann uma contribuição importante à fundamentação de práticas de DRP. O autor enxerga a realidade social, construída pela comunicação, como “extremamente complexa”, impossível de ser compreendida, em sua totalidade, por um sistema único. Esta complexidade é uma condição para a construção de conhecimentos e não um empecilho (NEVES; NEVES, 2006).

Ao analisar a impossibilidade humana de entender a complexidade do mundo, o autor descreve o processo de simplificação ou redução desse todo complexo em sistemas sociais (como o político, econômico, científico, o jurídico, entre outros). Estes sistemas – ao mesmo tempo autônomos e interdependentes – reduzem a complexidade do social e focam em

informações e regras específicas de comunicação, relacionadas a suas funções. Essa característica, de acordo com o autor, faz com que a realidade seja construída de acordo com escolhas e lógicas de cada sistema, criando, desta forma, diversas possibilidades de representação de uma realidade. Neste sentido, a construção da realidade social depende do modo como cada sistema observa e seleciona informações, gerando visões particulares dela.

Esses sistemas sociais possuem subsistemas e são fechados em si mesmos, filtrando o que entra do entorno e como entrará, podendo ser considerados um “observador primário” do mundo. A “observação secundária” para Luhmann é um nível mais complexo de observação, no qual um sistema não apenas vê o mundo, mas também observa como outros sistemas ou observadores fazem suas próprias representações da realidade social (NEVES; NEVES, 2006). Esta formulação é relevante, pois aplicar a teoria de sistemas à compreensão do potencial da ferramenta DRP ajuda a compreender como a realidade construída pela comunidade pode divergir da realidade “oficial” de outros sistemas, como o acadêmico, o jurídico ou o governamental, identificando sua contribuição para a construção de conhecimentos e para o aprendizado mútuo.

A aplicação do caráter sistêmico no DRP reforça sua capacidade de atuar como ferramenta mediadora entre diferentes sistemas sociais, promovendo o diálogo entre saberes locais e institucionais. Como apontam Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022), enfrentar os desafios da complexidade do real exige ações interdisciplinares que possibilitem a fusão de horizontes entre fronteiras disciplinares. O DRP, ao valorizar os conhecimentos gerados na prática comunitária, realiza um exercício de superação ao conectar saberes contextualizados, aprendidos no cotidiano das comunidades, com o conhecimento acadêmico e institucional. Embora a visão sistêmica, que considera múltiplos fatores, seja desafiadora para mediadores acostumados a categorizações pré-definidas, ela oferece uma oportunidade única para interpretar realidades locais de forma contextualizada (BRACAGIOLI NETO; DAL SOGLIO, 2022).

e) Desenvolvimento

Ao adotarmos uma visão mais recente de “desenvolvimento”, que surgiu entre os anos 1970 e 1980, considerando o desenvolvimento local, endógeno e sustentável, nos afastamos das referências colonizadoras tradicionais e encontramos o último princípio pertencente ao DRP. Segundo Braga (2002, p. 25) “[...] local significando não-nacional endógeno significando não-induzido por fatores externos e não-Estado”. Essa abordagem se alinha de

maneira mais compatível com o método, que se opõe justamente a essas práticas de desenvolvimento exógenas e impositivas. Nesse contexto, o DRP atua como uma ferramenta de mediação e construção de conhecimento coletivo, possibilitando o diálogo entre as características complexas e singulares de cada circunstância local – suas expectativas, desejos, projeções - às propostas que têm origem externa. Assim, o DRP estaria alinhado a uma perspectiva de desenvolvimento que não apenas valoriza as possibilidades e recursos locais, mas também incorpora recursos externos, criando um alinhamento entre as demandas locais e as possibilidades de execução viáveis, indo além do “localismo³” tratado por Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022). Buscando uma proposta singular de desenvolvimento que respeite as particularidades de cada situação e promova uma ação mais adequada às realidades locais.

3. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa realizada foi a revisão de literatura integrativa (MOTA DE SOUSA *et al.*, 2018), por ser uma ferramenta valiosa para compreender a evolução e o estado atual do tema em questão, neste caso, os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) em artigos científicos produzidos no Brasil. Ao integrar e analisar diversas fontes de pesquisa, a revisão integrativa permite uma síntese abrangente e aprofundada do conhecimento existente sobre o tema, oferecendo *insights* cruciais para responder à indagação central.

A execução da análise integrativa utilizou-se do método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), conforme descrito por Moher *et al.* (2009), a fim de desenvolver um relato mais completo, preciso e transparente da elaboração da pesquisa. A análise integrativa, ao seu cerne, busca sintetizar e integrar uma variedade de fontes de pesquisa, proporcionando uma visão abrangente do tema em questão (MOTA DE SOUSA *et al.*, 2018). Mota de Sousa (2018) ressalta que a revisão da literatura integrativa utiliza métodos sistemáticos e explícitos para selecionar a literatura utilizada na análise, buscando assim, coletar os dados e avaliá-los de forma a evitar interpretações tendenciosas, se diferenciando da revisão tradicional da literatura, que no presente texto foi utilizada para embasamento teórico da análise. Ao incorporar o método PRISMA, que é especificamente projetado para a condução de revisões sistemáticas e meta-análises, a pesquisa ganha em termos de rigor metodológico (Principais..., 2015).

Desta forma, a fonte de consulta utilizada para a realização do trabalho foram os artigos acadêmicos encontrados na base de dados do Google Acadêmico, pois se acredita que esse mecanismo de busca concentra grande parte da produção acadêmica sobre o tema objeto de análise. O foco se dá em artigos acadêmicos, excluindo monografias, teses entre outros formatos de documentos, visando a seleção de textos que passaram por revisão por pares. Para isso, foram escolhidos trabalhos produzidos no Brasil e com recorte temporal no período que compreende janeiro do ano 2000 a janeiro de 2023.

3.1. Pesquisa e seleção dos artigos

As palavras-chave para realização da busca foram: Diagnóstico Rápido Participativo;

Diagnóstico Rural Participativo; Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador e Diagnóstico Organizacional Participativo. Estas palavras-chave foram utilizadas na ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico, utilizando o filtro temporal e de língua portuguesa, no formato de pesquisa como “*allintitle*”: “Diagnóstico Rápido Participativo” OR “Diagnóstico Rural Participativo” OR “Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador” OR “Diagnóstico Organizacional Participativo”. A pré-seleção foi realizada e documentada de acordo com o fluxograma PRISMA, no qual se especifica a quantidade de artigos encontrados e incluídos em cada etapa.

3.2. Critérios de exclusão e inclusão

Foram selecionados artigos acadêmicos produzidos no Brasil, com recorte temporal no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2023, o qual se justifica como parte de uma análise das transformações no contexto do século XXI, marcado por mudanças nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e pela crescente influência do liberalismo econômico. Nos anos 2000, programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, ganharam destaque ao serem integrados a iniciativas como o PAA (2003) e o PNAE, reformulado em 2009. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), implementada a partir de 2004, possuía como orientação principal a utilização de “metodologias participativas” como referência para a ação extensionista. Este contexto também reflete avanços nas tecnologias de comunicação e discussões sobre inclusão social, com fortalecimento de políticas sociais. Estes fatores são fundamentais para compreender a aplicação de metodologias participativas adaptadas a realidades locais.

A fim de que o tema central dos trabalhos utilizados fosse os Diagnósticos Rápidos Participativos, o critério de exclusão da pesquisa foi baseado na localização da palavra-chave, sendo essa uma técnica que pode ser usada para refinar a busca de informações relevantes. Neste critério, apenas as referências que têm a palavra-chave no título são incluídas na revisão, e todas as outras referências serão excluídas.

Essa técnica foi utilizada devido à amplitude com que pode ser encontrada a palavra-chave em corpos de trabalhos que não tratam diretamente sobre o DRP, visto que a ferramenta DRP pode ser utilizada nos mais variados contextos. Sendo assim, ao restringir a busca para referências que contenham a palavra-chave apenas no título, a fim de que os

artigos incluídos tenham as palavras-chave como o tema central. Considerando o objetivo de analisar como os Diagnósticos Rápidos Participativos têm sido abordados na literatura acadêmico/científica brasileira, a pesquisa ficará restrita a artigos escritos no Brasil, ou seja, na língua portuguesa.

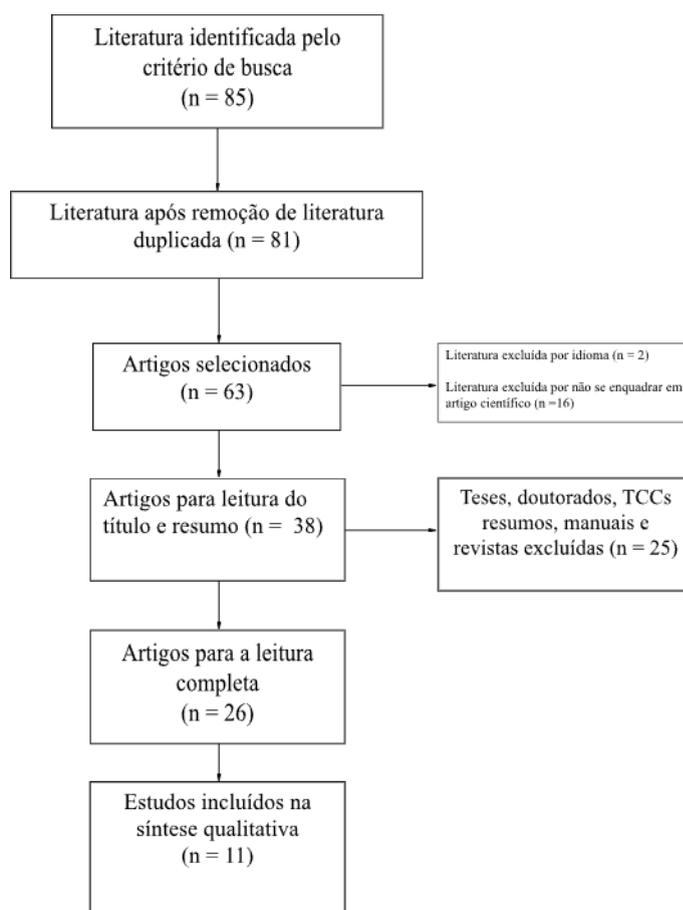
Quadro 1. Critério de inclusão e exclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Artigos produzidos no Brasil e em língua portuguesa.	Artigos produzidos fora do Brasil e em língua estrangeira.
Publicados no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2023.	Publicados fora do período de janeiro de 2000 a janeiro de 2023
Artigos que possuam uma das palavras-chave no título.	Artigos que não possuam uma das palavras-chave no título.
Estudos integralmente publicados.	Estudos publicados incompletos ou não publicados integralmente.
Artigos que não sejam cópia ou versão mais antiga de um outro artigo já considerado.	Estudos duplicados.
Artigos que possuam resumo.	Artigos sem um resumo (abstract).

Fonte: elaborado pela autora.

Durante a leitura de resumos e a leitura completa também foram excluídos da revisão os artigos que não forneceram os dados necessários a respeito de seus métodos e resultados para a realização da análise conforme a distribuição representada na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma PRISMA



Fonte: Adaptado e traduzido de Moher *et al.* (2009).

3.3. Leitura e análise dos artigos selecionados

Após a realização da pesquisa dos artigos na plataforma do Google acadêmico, utilizando a estratégia de busca descrita na metodologia, 85 artigos foram identificados e catalogados em uma planilha no Microsoft Excel, separando nome, data e autor de cada trabalho. Em seguida, esses dados tabulados foram analisados para verificar a existência de artigos duplicados, resultando na exclusão de quatro textos, o que reduziu o total para 81.

Posteriormente, os 81 artigos tiveram seus títulos e resumos analisados à luz dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Com essa verificação, 2 artigos foram descartados por estarem em outro idioma, e 16 por não estarem integralmente disponíveis como um artigo científico, faltando algumas partes, como o resumo ou referências, restando 63 trabalhos.

Os textos que passaram pela triagem anterior tiveram sua estrutura textual observada,

o que permitiu identificar formatos que não atendiam aos critérios da pesquisa, como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações, teses e revistas. Com isso, 25 artigos foram excluídos, restando 38 para a leitura de títulos e resumos.

Os 38 artigos tiveram seus resumos e metodologias analisados, buscando que o tema mencionado no texto remetesse ao mesmo sentido do tema pesquisado. Foram descartadas também análises teóricas e revisões da literatura.

Na etapa seguinte, foi realizada uma leitura dinâmica dos 26 artigos selecionados, com o objetivo de identificar aqueles que necessitavam de uma análise mais aprofundada para verificar sua relevância em relação às questões propostas pela pesquisa. Após a leitura completa e releitura dos textos, foram selecionados 11 artigos para a análise qualitativa aprofundada. Os demais foram excluídos por apresentarem falta de dados relevantes, inadequação metodológica, escopo incompatível com a pesquisa ou ausência do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) ao longo do texto, embora este estivesse mencionado no título e resumo, ressaltando uma possível utilização coloquial do termo. Os 11 artigos selecionados para a análise qualitativa foram submetidos a uma leitura capaz de responder às questões levantadas na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos após a filtragem dos artigos na etapa de leitura e seleção permitiram a seleção de 11 artigos, sendo todos publicados em revistas científicas com corpo editorial e política de revisão por pares para avaliação e aprovação dos artigos submetidos. Os 11 textos selecionados variaram entre a classificação “C” e “A3” nos critérios do Sistema Qualis Capes. O mais antigo de Souza (2009) e o mais recente de Nunes *et al.* (2021), conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2. Características dos estudos selecionados para revisão integrativa.

ANO	TÍTULO	AUTORES	REVISTA (Qualis Capes)
2009	A Utilização De Metodologias De Diagnóstico E Planejamento Participativo Em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP)	Souza, M.M.O.	Em Extensão (B2)
2011	Estratégias De Planejamento A Partir Do Diagnóstico Rápido Participativo E Da Análise Swot: Um Estudo Na Comunidade De São Bento, Salinópolis – PA	Mattos, C.A.C. Pinto, W.S. Cardoso, A.J.G. Silva, R.L. Junior, S.B.	Sociedade e Desenvolvimento Rural (B3)
2013	O Uso Do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) Como Metodologia De Projetos De Extensão Universitária	Ferreira de Freitas, A. Freitas, A.F. Dias, M.M.	Em Extensão (B2)
2014	Diagnóstico Rápido Participativo E Matriz SWOT: Estratégias De Planejamento Estratégico Com Base Na Atual Posição Do Curso De Secretariado Executivo UEPA	Almeida, A.C.L. Cardoso, A.J.G.	Revista de Gestão e Secretariado - GeSec (A4)
2015	A Aplicação De Diagnóstico Rural Participativo (DRP) No Assentamento Três Lagoas – Castro/PR: Uma Discussão Sobre Território E Identidade	Miranda, E. Silva, M.A.S. Rosas, C.A.R.F. Cunha, L.A.G.	Geographia Opportuno Tempore (A3)
2015	Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP): Um Relato Sobre A Ferramenta Como Instrumento Para Processos Participativos Em Habitação De Interesse Social - Uma Ação Extensionista	Medvedovski, N.S. Kerkhoff, H.V. Sopeña, S.M. Catharina, R.T.S. Guimarães, E.S. Almeida, H.	Expressa Extensão (B3)
2016	Diagnóstico Participativo/Rural Aplicado À Criação De Aves E Suínos Caipiras Em Regiões Periurbanas No Município De Senador Canedo (GO)	Rocha, L.O. Oliveira, R.M. Filho, P.H. Gomes, N.A. Carneiro, M.F. Silva, O.M. Fernandes, L.C.	Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science (A4)

2016	DRP - Diagnóstico Rural Participativo: Um Instrumento Para A Realização Da Atividade De Vistoria Social No Programa Nacional De Crédito Fundiário	Oliveira, L.M.S.R. Santana, M.V.V.	Revista De Educação Da Universidade Federal Do Vale Do São Francisco (B1)
2020	Diagnóstico Rural Participativo Para Avaliar A Sustentabilidade Da Comunidade Indígena Catu, Rio Grande Do Norte, Brasil	Silva, V.P. Figueira, P.V.S.	RSD - Research, Society and Development (C)
2020	Trabalho Pedagógico: Uma Experiência Com A Metodologia De Diagnóstico Rápido Participativo	Righes, A.C.M. Paiva, J.V. Sarturi, R.C.	Triângulo (A4)
2021	Diagnóstico Rápido Participativo Sobre Os Impactos Da Usina Eólica Nas Comunidades Rurais De Caetés-PE	Nunes, A.T. Silva, T.C. Farias, A.R.B. Andrade, H.M.L.S. Andrade, L.P.	Diversitas Journal (B3)

Fonte: elaborado pela autora.

4.1. Atores e agentes

Buscamos identificar as principais instituições e agentes que documentaram o uso do DRP, conforme disposto no Quadro 3.

Quadro 3. Características dos estudos selecionados para revisão integrativa sobre DRPs, Brasil, 2000-2023.

CITAÇÃO	QUEM APLICA (ATORES E ORGANIZAÇÕES)	QUEM ANALISA	QUEM PARTICIPA
Souza (2009)	-	-	Assentados dos Projetos de Assentamento de Bom Sucesso II e Paciência
Mattos <i>et al.</i> (2011)	-	-	Comunidade de São Bento, localizada na cidade de Salinópolis-PA
Ferreira de Freitas, Freitas e Dias, (2013)	Equipe multidisciplinar da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa - ITCP/UFV.	Os aplicadores também analisam	Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú - ASPART
Almeida e Cardoso (2014)	-	-	Alunos do Curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Pará

Miranda <i>et al.</i> (2015)	Estagiários do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), junto do Programa de Extensão da UEPG, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).	Os aplicadores também analisam	Assentamento Três Lagoas no Distrito de Abapã em Castro-PR
Medvedovski <i>et al.</i> (2015)	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pelo Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb) em parceria com a disciplina de Projeto Urbano.	-	Diferentes comunidades da cidade de Pelotas, localizada no Rio Grande do Sul
Rocha <i>et al.</i> (2016)	Alunos das Universidades de Goiás (UFG e PUCGO) com apoio de Técnicos da EMATER-GO	Os aplicadores também analisam	67 propriedades rurais nas regiões periurbanas da cidade de Senador Canedo-GO
Oliveira e Santana (2016)	Equipe técnica da Unidade Técnica Estadual da Bahia - UTE-BA	Gerência da UTE-BA	Pretensos beneficiários ao imóvel rural pelo PNCF
Silva e Figueira (2020)	Pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.	-	Comunidade Indígena Catu
Righes, Paiva e Sarturi (2020)	Alunos e professor do Instituto Federal Farroupilha, agentes da EMATER e pessoas que contribuíram para o projeto.	-	Comunidade de Dois Irmãos/Cerro do Loreto, no município de São Vicente do Sul
Nunes <i>et al.</i> , (2021)	Docentes e pesquisadores de diversas instituições de ensino.	Os aplicadores também analisam	Comunidade rural do município de Caetés

Fonte: elaborado pela autora.

Nota-se que alguns dos trabalhos não apresentam uma resposta clara sobre a organização ou instituição responsável pela aplicação do DRP. Como, por exemplo, Souza (2009) não especifica quem aplicou ou analisou, mas é possível averiguar que os participantes da aplicação, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), são os assentados do Projeto de Assentamento Bom Sucesso II e Paciência. Outro caso em que não é possível identificar os atores que aplicam e analisam é o de Mattos *et al.* (2011), cujos participantes são os agricultores da comunidade São Bento. Da mesma forma, Almeida e Cardoso (2014), especificam que a demanda para aplicação do DRP é da gerência do Curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal do Pará. Os participantes são os estudantes do Curso, mas não há indicação sobre os responsáveis pela execução da metodologia.

A ausência de informações específicas sobre quem mediou a aplicação da metodologia ou sobre quais organizações ou instituições estavam envolvidas na dinâmica dificulta a compreensão da origem da demanda. Os demais artigos, embora forneçam mais informações a respeito dos aplicadores e instituições, em geral não distingue quem aplica de quem analisa esses dados. Essa lacuna no fornecimento de informações básicas pode comprometer a análise da efetividade do DRP, pois sem a identificação de quem conduz e analisa o processo, torna-se desafiador compreender as dinâmicas que sustentam as intervenções.

Entre os casos em que as instituições são mencionadas, destaca-se o papel das universidades e de programas de extensão universitária como mediadores do DRP. Ferreira de Freitas, Freitas e Dias, (2013), por exemplo, ressaltam a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), que através de seu corpo técnico, utilizou o método conforme a demanda da Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú (ASPART), para auxiliá-los na elaboração e na execução de um projeto de implantação de uma agroindústria. Outro artigo que aborda a atuação de uma incubadora é Miranda *et al.* (2015), onde estagiários do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) na Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol), utilizaram o DRP no Assentamento Três Lagoas, no Paraná.

Além disso, as experiências averiguadas incluem a atuação de uma equipe da Unidade Técnica Estadual da Bahia (UTE-BA) na aplicação do DRP para a seleção e avaliação de imóveis rurais para beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Este caso se destaca por ser o único artigo a explicitar que a análise dos dados foi realizada pela gerência da UTE-BA, visto que os dados coletados foram com o propósito de vistoria. Silva e Figueira (2020), por sua vez, descrevem o trabalho de pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Norte junto à comunidade indígena Catu, utilizando o DRP para compreender e propor ações em relação aos problemas locais, embora não seja possível averiguar de onde surgiu a demanda para a realização do diagnóstico.

Oliveira e Santana (2016) relatam a atuação de uma equipe da Unidade Técnica Estadual da Bahia (UTE-BA) na aplicação do DRP para a seleção e avaliação de imóveis rurais para beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Este caso se destaca por ser o único artigo a explicitar que a análise dos dados foi realizada pela gerência da UTE-BA, visto que os dados coletados foram com o propósito de vistoria. Silva e Figueira (2020), por sua vez, descrevem o trabalho de pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Norte junto à comunidade indígena Catu, utilizando o DRP para compreender e

propor ações em relação aos problemas locais, embora não seja possível averiguar de onde surgiu a demanda para a realização do diagnóstico.

Rocha *et al.* (2016) destacam a participação de alunos das Universidades de Goiás (UFG e PUCGO), com o apoio de técnicos da EMATER-GO, na aplicação do DRP em propriedades rurais nas regiões periurbanas de Senador Canedo-GO. Righes, Paiva e Sarturi (2020) enfatizam a colaboração entre alunos e professores do Instituto Federal Farroupilha, agentes da EMATER-RS e outros participantes no município de São Vicente do Sul-RS, especificamente na comunidade de Dois Irmãos/Cerro do Loreto, embora o foco do artigo esteja na possibilidade de utilização do método com a função pedagógica para os estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha, que aplicam o DRP, e não para os participantes. Finalmente, Nunes *et al.* (2021) abordam a aplicação do DRP por docentes e pesquisadores de diversas instituições em uma comunidade rural do município de Caetés-PE, com o propósito de analisar o impacto da implantação de usinas eólicas na região.

Em suma, a análise dos textos revela que as instituições e atores promotores ou mediadores do DRP estão, em sua maioria, vinculados a instituições de ensino e programas de extensão universitária. Entretanto, essa constatação pode ser reflexo tanto da importância das universidades e centros de pesquisa como agentes ativos no desenvolvimento sustentável e na resolução de problemas sociais e econômicos, como da tendência das instituições educacionais de registrar essas iniciativas no meio acadêmico. Portanto, um resultado advindo do recorte pesquisado. Contudo, a falta de informações detalhadas sobre os agentes que aplicam e mediam os DRP em vários artigos destaca a necessidade de maior transparência e padronização da documentação empírica. Isto não só garantirá uma melhor compreensão da implementação do DRP, contribuindo para o aprimoramento das técnicas, com potencial de melhorar sua aplicação em diferentes contextos sociais e econômicos.

4.2. Contextos recorrentes

Conforme apresentado no Quadro 4, os artigos analisados, conforme a amostra selecionada, revelam que as técnicas do DRP são amplamente utilizadas em diferentes contextos e com diferentes nomenclaturas, sendo o mais recorrente o meio rural, mas ainda sim, conta com a utilização em áreas urbanas.

Quadro 4. Regiões dos estudos.

REGIÃO	ESTADO(S)	Nº DE ESTUDOS	MEIO	REGIÃO DA REVISTA
Sudeste	Minas Gerais (MG) Minas Gerais (MG)	2	Rural Rural	Uberlândia (MG) Uberlândia (MG)
Sul	Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) Rio Grande do Sul (RS)	3	Rural Urbano Urbano	Londrina (PR) Pelotas (RS) Uberaba (MG)
Nordeste	Bahia (BA) Pernambuco (PE) Rio Grande do Norte (RN)	3	Rural Rural Rural	Petrolina (PE) Santana do Ipanema (AL) Vargem Grande Paulista (SP)
Norte	Pará (PA) Pará (PA)	2	Rural Urbano	Brasília (DF) São Paulo (SP)
Centro-Oeste	Goiás (GO)	1	Rural	Anápolis (GO)

Fonte: elaborado pela autora.

Em contextos rurais, o DRP destaca-se como uma ferramenta para promover o desenvolvimento local, estruturar políticas públicas e melhorar a qualidade de vida das comunidades. Souza (2009), por exemplo, empregou o método nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso II e Paciência, com o objetivo de diagnosticar e planejar os projetos a serem implementados nos assentamentos rurais localizados em Minas Gerais. Neste mesmo estado, uma demanda de uma associação de agricultores levou Ferreira de Freitas, Freitas e Dias, (2013) a utilizarem o DRP para auxiliar na elaboração e execução de um projeto de implantação de uma agroindústria de produção de açúcar mascavo e seus derivados. Essa iniciativa teve o objetivo de realizar um diagnóstico da história e situação atual do grupo, identificando problemas, causas, soluções, limites e potencialidades, definindo prioridades e planejando ações iniciais, considerando o que pode ser realizado com apoio institucional.

Miranda *et al.* (2015), assim como Souza (2009), utilizaram o DRP no Assentamento. Nesse caso, Miranda *et al.* (2015) empregou o método no Assentamento de Três Lagoas no estado do Paraná, na Região Sul do país, como parte de um projeto de extensão conduzido por estagiários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para compreender melhor a dinâmica do território e as necessidades dos agricultores assentados, buscando entender as “territorialidades tecidas a partir das vivências e experiências das famílias”.

Em áreas urbanas, o DRP é utilizado principalmente para identificar problemas e

propor soluções voltadas à melhoria das condições de vida. Medvedovski *et al.* (2015) aplicaram o método em comunidades urbanas de Pelotas-RS com o objetivo geral de contribuir com estratégias de melhoria na qualidade de vida dos moradores ao identificar demandas sociais e propor ações específicas. Embora esse contexto seja menos frequente, a aplicação do DRP em áreas urbanas demonstra sua flexibilidade e adaptabilidade a diferentes realidades.

Destaca-se, também no meio urbano, a utilização documentada em contexto acadêmico, sendo o DRP utilizado para diagnosticar problemas internos e propor melhorias em um curso da Universidade Federal do Pará, na região Norte, como documentam Almeida e Cardoso (2014). Esta ação teve como objetivo elaborar estratégias de planejamento que fortaleceram as relações entre os estudantes e a instituição. No extremo oposto do país, mas ainda neste contexto, Righes, Paiva e Sarturi (2020) abordaram o DRP como uma metodologia de prática pedagógica para desenvolver uma atividade de extensão.

No estudo de Mattos *et al.* (2011), o DRP foi empregado em um contexto rural, buscando obter dados de forma participativa para formular propostas e estratégias que com potencial de propiciar ocupações e aumento de renda na comunidade de São Bento, zona rural de Salinópolis-PA.

Como único artigo da região Centro-Oeste, o trabalho de Rocha *et al.* (2016), acompanhado de técnicos da EMATER do estado de Goiás, visou criar um ambiente aberto de diálogo para que os produtores participantes pudessem se expressar livremente, buscando entender a realidade da avicultura e suinocultura no município de Senador Canedo.

No Nordeste brasileiro, encontramos, nos artigos selecionados, experiências diversas, como Oliveira e Santana (2016) no estado da Bahia, que utilizaram o DRP como ferramenta participativa de “vistoria social” para avaliar a elegibilidade de famílias ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Enquanto Silva e Figueira (2020), no Rio Grande do Norte, utilizam o DRP junto à comunidade indígena Catu para identificar suas demandas e anseios em relação ao desenvolvimento local. Por fim, no estado de Pernambuco, o método utilizado por Nunes *et al.* (2021) serviu ao propósito de diagnosticar conflitos ambientais gerados pela usina eólica com os produtores da zona rural de Caetés.

Por tanto, os contextos rurais se destacam sendo os mais recorrentes nas aplicações do DRP, responsáveis por 72,7% dos casos estudados, enquanto o meio urbano representa 27,3% dos casos. Essa predominância em meio rural pode ser reflexo da origem e

da popularização do método no Brasil, como Diagnóstico Rural Participativo, mas também aponta para a adaptabilidade e relevância em diferentes demandas sociais, econômicas e educacionais.

Outro ponto que pode ser observado com a análise das regiões de aplicação do DRP e regiões de publicação é que, embora o DRP tenha sido aplicado em regiões diversas, há uma centralização da publicação científica nas regiões Sul e Sudeste do país, demonstrando um desequilíbrio entre onde o conhecimento é produzido e onde ele é publicado. Os dados podem ser indicativos da necessidade de investimento em infraestrutura editorial em regiões menos representadas, para que as necessidades e perspectivas locais tenham um maior protagonismo no cenário científico nacional. Entretanto, se faz necessário pontuar que o fenômeno em questão pode ser decorrente de aspectos mais abrangentes do que a área de pesquisa analisada no presente trabalho, embora seja importante registrar a verificação dos dados encontrados.

4.3. Tipos de aplicação e suas relações com os princípios teóricos fundamentais

Os DPR analisados nos artigos selecionados demonstraram diversas aplicabilidades, alguns se distinguindo em nomenclatura como Diagnóstico Rápido Participativo, Diagnóstico Rural Participativo e Diagnóstico Rápido Urbano Participativo. Contando com a flexibilidade da metodologia, ela foi aplicada principalmente para promover o desenvolvimento local, fortalecer comunidades vulneráveis e apoiar planejamentos estratégicos em contextos rurais e urbanos. As técnicas mais utilizadas incluem entrevistas semiestruturadas, mapeamento participativo, matrizes FOFA, caminhada transversal e diagramas de Venn, dentre outras, havendo diferenciação entre as nomenclaturas das ferramentas e o detalhamento sobre as aplicações ao longo dos textos. O Quadro 5 apresenta as principais ferramentas identificadas nos textos analisados.

Quadro 5. Ferramentas aplicadas em cada trabalho.

Autores	Ferramentas																
	Entrevista semi-estruturada	Mapeamento participativo	Matriz FOFA/SWOT	Caminhada Transversal	Diagrama de Venn	Análise de fonte secundária	Calendário Sazonal	Entra e Sai	Matriz de realidade e/desejo	Eleição de prioridades	Entrevista não-estruturada	Rotina Diária	Planejamento Participativo	Dinâmica do Cordão	Quadro de Prospecção do Futuro	Árvore de Problemas	Linha do Tempo
Souza (2009)	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X					
Mattos et al. (2011)			X														
Ferreira et al. (2012)	X	X			X		X	X	X	X			X				
Almeida e Cardoso (2014)			X														
Miranda et al. (2015)	X	X	X														
Medvedovski et al. (2015)	X					X											
Rocha et al. (2016)	X																
Oliveira e Santana (2016)		X		X										X	X		
Silva e Figueira (2020)	X		X	X	X											X	
Righes, Paiva e Sarturi (2020)	X	X								X							
Nunes et al., (2021)																	X
TOTAL	7	5	4	3	3	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: elaborado pela autora

Com relação à aplicação do DRP, Souza (2009) argumentou que o método não deve ser tratado como um simples conjunto de ferramentas, mas sim aplicado de forma criteriosa em cada situação, de modo a garantir os princípios dialógico e emancipatório. O autor aborda a aplicação do DRP ao utilizá-lo na elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O artigo apresenta descrição detalhada de cada ferramenta do método utilizado, além de explicitar sua aplicação, descrevendo como a equipe buscou interagir e dialogar com as famílias assentadas, ressaltando a importância de uma equipe multidisciplinar na aplicação.

Foi possível identificar o princípio da construção coletiva do conhecimento nas interações dos participantes entre si e na relação com os aplicadores, o que se atrela ao empoderamento devido ao estímulo ao pensamento crítico a respeito de suas realidades. Também se faz presente o princípio da inclusão social, uma vez que as ferramentas são adaptadas conforme a faixa-etária e público em que foram aplicadas e há uma preocupação em entender de forma mais completa aquela realidade, portanto observamos o princípio da complexidade e enfoque sistêmico. O protagonismo dos envolvidos aparenta ser constantemente estimulado pelos aplicadores, enquanto o desenvolvimento socioeconômico demonstra ser o objetivo principal do PDA, mas há o cuidado para que esse desenvolvimento seja local graças à participação dos assentados no processo.

No estudo de Mattos *et al.* (2011), o texto não evidencia o uso do DRP além de uma coleta de dados. Para Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022), essa aplicação de consultas para receber ou repassar informações ou o uso de mão de obra da comunidade, não pode ser assumida como participação. Embora o método tenha sido elogiado por sua acessibilidade aos participantes como mediação de linguagem, não há informações que comprovem a incorporação dos princípios que, teoricamente, fundamentam a metodologia. O princípio da inclusão social, que foi observado na tentativa de considerar a perspectiva da comunidade, foi o único claramente identificado na análise. Ainda que, neste caso, os autores se limitem a utilizar o método, aparentemente, conforme apresentado no artigo, como uma coleta de dados participativa. Por esse motivo, não têm registros no artigo que comprovem ou leve a conclusão da existência dos pilares do construtivismo, desenvolvimento, complexidade ou empoderamento.

Almeida e Cardoso (2014) não fornecem detalhes suficientes para verificar se os cinco princípios foram considerados, uma vez que o texto não explicita as etapas do DRP e até

mesmo as ferramentas utilizadas. Embora a participação tenha sido mencionada como algo importante ao longo do texto, nota-se que o objetivo principal da utilização do método é a coleta de dados sobre a perspectiva dos estudantes a respeito do curso. Porém, ao considerar que a opinião dos discentes foi ouvida e utilizada na elaboração das estratégias, pode-se atribuir aspectos de inclusão social dessa ação, uma vez que estudantes não são grupos tradicionalmente consultados como um todo para decisões de gerência, ou seja, ao considerar a opinião deles, via de regra, é de uma parcela representativa. Sendo assim, o DRP foi utilizado como uma forma de consulta coletiva e construção coletiva de conhecimento (construtivismo). Todavia, não existe relato sobre o manejo dessas informações adquiridas, se os estudantes participaram na estruturação da análise com uso da Matriz SWOT (FOFA) ou até mesmo se as proposições estratégicas foram realizadas com a participação dos estudantes.

Os aspectos de coleta de dados presentes no artigo, aliados à estrutura institucional que conta com uma gerência denota a falta do princípio da emancipação e protagonismo, uma vez que há a impossibilidade de os próprios participantes serem os agentes da transformação. O princípio do enfoque sistêmico e complexidade não pode ser claramente observado, visto que não há detalhamento sobre os temas tratados durante a execução do DRP, se houve ou não o enfoque holístico sobre a realidade dos alunos. Enquanto o desenvolvimento pode ser compreendido no ato de tentar adaptar as mudanças propostas à realidade dos estudantes.

No trabalho de Miranda *et al.* (2015), as ferramentas Mapa Social e Matriz SWOT são utilizadas para explorar a relação dos sujeitos com o território, valorizando a identidade e os afetos dos assentados. Essa abordagem reflete uma visão de mundo que reconhece a realidade como complexa e multifacetada, alinhando-se ao princípio do desenvolvimento, especialmente àquelas perspectivas orientadas pelo caráter endógeno e dialógico das propostas de mudança. Ao buscar ouvir a comunidade e compreender aspectos que vão além da conquista material da terra, o método empregado promove uma leitura mais ampla e integrada das realidades locais, respeitando a singularidade do contexto vivido pelos assentados (princípio da complexidade e enfoque sistêmico).

O uso da Matriz SWOT, com a participação ativa dos assentados, reforça o princípio do desenvolvimento ao promover reflexões que partem das percepções e conhecimentos locais, valorizando o saber dos sujeitos e incentivando seu protagonismo. Essa prática também se associa ao pilar do construtivismo, na medida em que a reflexão crítica do grupo e o diálogo contribuem para a construção do conhecimento coletivo. Dessa forma, o método empregado

não apenas investiga a realidade, mas estimula os participantes a compreenderem suas condições e possibilidades de transformação, fortalecendo a dimensão dialógica do processo. Outro princípio presente é o da inclusão social, que se manifesta na tentativa de integrar as vozes da comunidade no diagnóstico. Ainda que o texto não explicita uma preocupação com a adaptabilidade metodológica, percebe-se um esforço em compreender a realidade a partir das perspectivas dos próprios sujeitos, o que potencializa o caráter emancipador do processo. Assim, mesmo que o propósito principal do trabalho seja compreender a realidade sem necessariamente propor soluções imediatas, ele incorpora elementos que fortalecem a autonomia e a capacidade dos assentados de se reconhecerem como agentes ativos no contexto de mudança social.

Em contrapartida, em Ferreira de Freitas, Freitas e Dias (2013) destacam-se os pilares do construtivismo, empoderamento, participação e desenvolvimento, além de mencionar os demais, sendo um destaque dos demais artigos, o fato de a demanda ter partido dos próprios associados. Eles buscam elaborar um diagnóstico que aborda a trajetória histórica e a situação atual do grupo; identifica os problemas existentes, suas causas e possíveis soluções por meio da interação entre os participantes; mapeia os limites e potencialidades da comunidade, considerando aspectos que nos remete ao princípio da complexidade e o enfoque sistêmico, sendo eles: infraestrutura social, produção, mercados, meio ambiente, organização e assistência técnica; definir prioridades, avaliando as ações que podem ser realizadas diretamente pela comunidade e aquelas que dependem do apoio de instituições; e desenvolver um planejamento inicial para implementar ações destinadas a enfrentar os principais problemas identificados.

Além disso, há a etapa de “desincubação²” do grupo, na qual o coletivo começa a ser emancipado da assessoria fornecida. Portanto, para além da construção de pensamento crítico, essa experiência é a que nos mostra maior preocupação com a capacidade do grupo continuar se desenvolvendo sozinho após a intervenção. Sendo assim, é possível observar uma preocupação em compreender as demandas locais e tornar os participantes protagonistas do processo. Foram identificados todos os pilares considerados nessa análise, tornando, portanto, a ferramenta metodológica um mediador do desenvolvimento local/endógeno com as possibilidades externas à comunidade.

Medvedovski *et al.* (2015) apresentam um comparativo entre aplicações do Diagnóstico

² A “fase de desincubação” na metodologia da ITCP-UFV considera o planejamento inicial e suas avaliações, buscando preparar os empreendimentos para a autonomia. O processo envolve a elaboração de um plano com indicadores e critérios adequados, garantindo que os empreendimentos mantenham conexões com redes e fóruns locais, além de poderem participar de atividades pontuais da incubadora.

Rápido Urbano Participativo (DRUP), ressaltando o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas últimas experiências. Apesar de mencionarem várias técnicas, nem todas parecem ter sido efetivamente utilizadas. As etapas descritas incluem revisão, uso de TICs gratuitas, entrevistas, treinamento e sistematização de dados. Em 2010, a aplicação contou com uma coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada; e depois a utilização de tarjetas escritas a mão organizadas sobre papel pardo para visualização e sistematização das informações. Nas aplicações seguintes as tarjetas foram substituídas por *softwares* que foram acrescentados e discutidos com os participantes com a justificativa de ganho em dinamicidade.

O artigo conclui indicando inserções tecnológicas que poderiam potencializar o DRUP, embora os próprios aplicadores tenham encontrado dificuldades no manejo da tecnologia e na infraestrutura dos locais comunitários, que foram usados na aplicação. Além disso, é importante ressaltar a impossibilidade de os moradores interagirem com os equipamentos sem mediação, dificultando o protagonismo ao invés de facilitar e também acentuando uma relação de assimetria e autoridade que, segundo Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022), pode ser prejudicial ao processo participativo. Portanto, é possível notar que existe uma intenção de inclusão dos moradores no processo decisório (embora seja dificultado pelas tecnologias), de desenvolvimento dialógico e melhoria para a comunidade, além de uma busca por entender a complexidade local e uma preocupação de que a construção do conhecimento a respeito da comunidade seja coletiva, embora não haja indício de que a construção das soluções seja coletiva. Medvedovski *et al.* (2015) apresenta uma escuta aos problemas da comunidade através do DRUP, na qual podemos identificar uma tentativa de desenvolvimento endógeno, expondo as necessidades e expectativas apresentadas pelos participantes.

Oliveira e Santana (2016) adotam quatro técnicas do DRP ao utilizá-lo como metodologia de história social, possibilitando a realização de um relatório de avaliação sobre a elegibilidade das famílias que compõe o grupamento de acessar o crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Um relato que os autores trouxeram em meio ao artigo, foi que os próprios participantes conseguiram associar as destruições das matas e assoreamento dos rios com algumas práticas comuns a eles, destacando uma construção coletiva do conhecimento. O programa em si é uma busca por desenvolvimento local,

emancipação e inclusão por permitir que os beneficiários escolham, junto do auxílio técnico, às terras a serem financiadas, sendo o PNCF uma ação complementar de reforma agrária. O estudo destaca o fortalecimento da preservação ambiental e abrange todos os pilares: inclusão social, construtivismo, empoderamento, desenvolvimento e emancipação.

Os pesquisadores, Silva e Figueira (2020) utilizaram o DRP como uma forma de se contrapor às tentativas de desenvolvimento da comunidade indígenas realizadas de cima para baixo (*top-down*). Os autores indicam a incorporação de diversas técnicas participativas como entrevista semiestruturada, diagrama de Venn, caminhada transversal, análise por meio da Matriz FOFA e árvore de problemas. Eles buscaram uma compreensão da complexidade local além de incluir os participantes da “comunidade investigada” no processo de diagnóstico sobre os problemas e soluções no que diz respeito à sustentabilidade. Desse modo, é possível observar ao longo do texto a preocupação com a construção coletiva do conhecimento a respeito daquela comunidade, bem como a inclusão dos indígenas no processo de investigação e uma tentativa de construir uma visão holística sobre aquele contexto, considerando que foi elaborado um plano de ação junto a comunidade, pode-se inferir que há perspectiva emancipatória e de desenvolvimento local e sustentável, uma vez que este plano compreende também as ações que serão desenvolvidas com a comunidade e a quem deverá ser cobrado por parte da comunidade para que cada problema seja solucionado.

O propósito de Silva e Figueira (2020), conforme eles expõem, foi propor um desenvolvimento que se opõe ao que vinha sendo praticado na região. Segundo os autores, esse desenvolvimento que é fruto da “produção comercial de cana de açúcar, carcinicultura e da intensa urbanização”, não propicia o “fortalecimento da comunidade indígena”. Portanto, eles buscam considerar os anseios e disponibilidades de recursos locais e perpassar pela gestão de recursos locais e bem-estar humano.

No artigo de Righes, Paiva e Sarturi (2020), os pesquisadores utilizam o DRP como uma metodologia para verificar sua relevância no caráter pedagógico da formação dos discentes em Gestão de Políticas Públicas, priorizando o aprendizado prático e a articulação entre teoria e prática. Embora o DRP tenha sido aplicado em uma comunidade local e tenha envolvido técnicas como entrevistas semiestruturadas, mapeamento territorial e matriz de priorização de problemas, o foco da experiência descrita no artigo não foi o desenvolvimento da comunidade em si, mas sim a formação dos estudantes por meio da experiência de aplicação do método participativo. Por isso, informações mais detalhadas sobre os impactos

na comunidade podem ter sido deixadas de lado, por não serem o ponto principal do estudo. Ainda assim, é possível observar preocupações com a construção coletiva do conhecimento e a inclusão social dos participantes como sujeitos capazes de contribuir na construção do conhecimento por meio da interação e diálogo, embora não seja possível, apenas com o conteúdo do texto, determinar os impactos da aplicação na comunidade. Contudo, não há como averiguar se houve uma tentativa de promover emancipação dos participantes do DRP, se existiu uma compreensão sistêmica da realidade dos mesmos ou até mesmo se houve desenvolvimento nesse processo.

Por fim, Nunes *et al.* (2021) relatam esforços para incluir os moradores na análise de conflitos ambientais causados pela instalação de uma usina eólica, especialmente por meio da ferramenta de construção da linha do tempo. Embora o artigo destaque o potencial dessa prática para promover debates e a construção coletiva de conhecimento, a ausência de informações mais detalhadas sobre a continuidade do diálogo com os agricultores limita a identificação de esforços para torná-los protagonistas no processo de desenvolvimento (princípio do empoderamento e emancipação). O foco do trabalho, centrado na descrição de consequências ambientais, restringe a compreensão de como os moradores foram integrados como agentes ativos na formulação de soluções para os problemas identificados. Ainda assim, é possível identificar o princípio do desenvolvimento na perspectiva de um “desenvolvimento sustentável” e que considera a perspectiva local e dialógica, ainda que de forma parcial, visto que não há registro do enfoque sistêmico, uma vez que os objetivos do texto são entender prioritariamente os conflitos ambientais. Esse enfoque, apesar de não ser amplamente explorado no artigo, reflete o potencial para um desenvolvimento endógeno, que reconhece e incorpora as vivências e percepções da comunidade como parte essencial na análise e mitigação dos conflitos ambientais. A falta de especificação detalhada e/ou variação nas ferramentas aplicadas na execução do DRP pode comprometer diretamente a análise da aplicação efetiva dos cinco princípios estabelecidos neste estudo como fundamentos teórico-metodológicos da metodologia, quais sejam: inclusão social, empoderamento e emancipação, construtivismo, complexidade/ enfoque sistêmico, e desenvolvimento conforme evidenciado no Quadro 6.

Quadro 6. Princípios encontrados nos artigos analisados.

Artigos	Princípios				
	Inclusão Social	Construtivismo	Complexidade Sistêmica	Empoderamento e Emancipação	Desenvolvimento Local
Souza (2009)	Presente - Ferramentas adaptadas a diferentes faixas etárias	Presente - Construção coletiva de conhecimento por meio do diálogo com assentados	Presente - Enfoque holístico nas diversas dimensões do assentamento	Presente - Protagonismo parcial, mas ainda com mediação externa	Presente - Foco no planejamento socioeconômico do assentamento
Mattos et al. (2011)	Presente - Tentativa de considerar a perspectiva comunitária, mas pouco desenvolvida	Ausente	Ausente	Ausente	Presente - Propostas limitadas de aumento de renda
Ferreira de Freitas, Freitas e Dias (2013)	Presente - Valorização do protagonismo da comunidade e inclusão dos participantes	Presente - Processo crítico e colaborativo para soluções locais	Presente - Mapeamento das múltiplas dimensões locais	Presente - Ênfase no fortalecimento da autonomia coletiva	Presente - Planejamento detalhado com ações comunitárias sustentáveis
Almeida e Cardoso (2014)	Presente - Representação de estudantes, mas com escopo limitado	Presente - Conhecimento coletivo parcialmente explorado	Ausente	Ausente	Presente - Propostas ajustadas à realidade acadêmica
Miranda et al. (2015)	Presente - Integração de vozes da comunidade com ferramentas participativas	Presente - Reflexão coletiva e valorização de saberes locais	Presente - Tentativa de compreensão ampla das territorialidades	Presente - Estímulo ao protagonismo na análise de problemas locais	Presente - Identificação de potencialidades para ações comunitárias
Medvedovski et al. (2015)	Presente - Tentativa de ouvir os moradores, mas com limitações no uso de TICs	Presente - Interações limitadas pela mediação tecnológica	Ausente	Ausente	Presente - Busca por melhorias habitacionais urbanas
Rocha et al. (2016)	Presente - Acompanhamento de técnicos e ferramentas bem aplicadas	Presente - Construção colaborativa com ênfase em dinâmicas participativas	Presente - Integração de variáveis ambientais, sociais e econômicas	Presente - Reflexão crítica e protagonismo na escolha de ações	Presente - Promoção da preservação ambiental e produção local

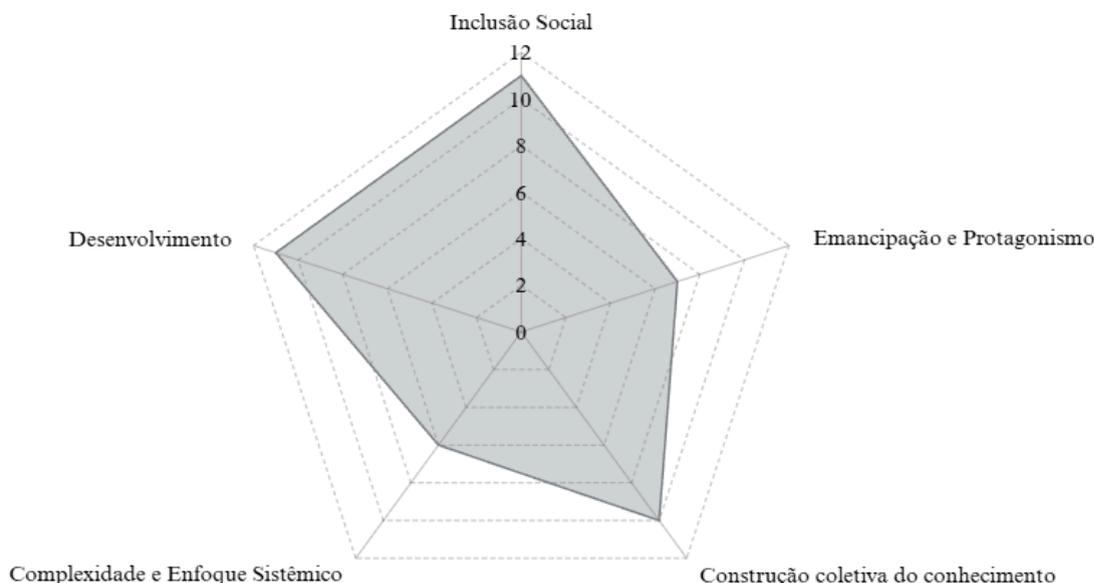
Oliveira e Santana (2016)	Presente - Ferramentas bem adaptadas ao público e demandas ambientais	Presente - Reflexão crítica sobre práticas e soluções propostas	Presente - Avaliação detalhada de fatores ambientais e sociais	Presente - Participação ativa no diagnóstico e nas decisões	Presente - Planejamento integrado com enfoque sustentável
Silva e Figueira (2020)	Presente - Inclusão dos indígenas no diagnóstico, respeitando suas particularidades	Presente - Enfoque no aprendizado coletivo e diálogo com a comunidade	Presente - Diálogo sobre múltiplos problemas e soluções locais	Presente - Reflexão crítica sobre sustentabilidade e autonomia	Presente - Plano de ação alinhado a demandas indígenas
Righes, Paiva e Sarturi (2020)	Presente - Participação dos moradores, mas limitada ao contexto pedagógico	Presente - Contribuição coletiva limitada ao aprendizado dos estudantes	Ausente	Ausente	Presente - Reflexão acadêmica sobre potencial pedagógico
Nunes et al., (2021)	Presente - Esforço em envolver agricultores, mas sem continuidade clara	Presente - Conhecimento construído parcialmente com a comunidade	Ausente	Presente - Participação ativa limitada à análise inicial	Presente - Propostas parciais de desenvolvimento sustentável

Fonte: elaborado pela autora.

A decisão dos autores de não explicitar claramente quais ferramentas foram utilizadas, como foi a utilização, de restringirem a aplicações de poucas ferramentas, utilizando apenas ferramentas mais simples como entrevistas semiestruturadas, pode restringir o DRP a uma mera coleta de dados. Bracagioli Neto e Dal Soglio (2022) nos alertam que a laboração de processos participativos “não se resume na aplicação de uma série de técnicas de forma arbitrária”, para os autores é necessária uma sequência de ferramentas que possam gerar aprendizagem, compreensão e entendimento, o processo de escolha de ferramentas dependerá do contexto como um todo. Embora possam ter sido trabalhados os demais pilares durante a aplicação, sem a possibilidade de visualizar o processo de aplicação nos registros, torna-se difícil inferir ou avaliar até que ponto o DRP foi utilizado de forma superficial ou transformadora. Por isso, a ausência de uma descrição robusta das técnicas pode comprometer não apenas a análise acadêmica, mas também prejudicar seu potencial de utilização do método. Interferindo na aplicação e na verificação de alguns pilares.

É possível verificar que alguns pilares são mais facilmente encontrados que outros, como mostra a figura 2.

Figura 2. Gráfico de radar com os pilares encontrados.



Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se que os pilares mais encontrados foram o da Inclusão Social e do desenvolvimento local e sustentável, presentes em 11 textos, seguido pelo pilar da construção coletiva do conhecimento, encontrado em 10 artigos. Já o pilar da emancipação e protagonismo e o da complexidade e enfoque sistêmico aparecem menos frequentemente, sendo os seus números de aparições 7 e 6 respectivamente, indicando que esses aspectos podem ter sido menos explorados nos textos analisados.

4.4. Análise dos resultados

Com o presente estudo, foi possível identificar que os principais aspectos a serem observados para compreender as formas atuais de uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) abrangem a preservação de seus fundamentos teóricos e práticos, bem como a adaptação do método às especificidades contextuais. Como aspectos fundamentais foram destacados: a inclusão social como primeiro princípio, visando garantir a participação equitativa de grupos marginalizados no processo decisório; o caráter empoderador e emancipatório discorrendo sobre a centralização dos participantes na mudança e a autogestão, alinhando-se a perspectiva freireana; a construção coletiva de conhecimento mediada por

interações sociais, conforme as bases do construtivismo de Piaget e Vygotsky; a abordagem sistêmica, que ao compreender e entender os sistemas sociais em sua complexidade, propicia a interconexão de saberes distintos; e por fim o aspecto do desenvolvimento local, endógeno e sustentável, caracterizado por respeitar as particularidades locais, mediando-as em relação às possibilidades externas. Contudo, a utilização do DRP necessita que sua essência teórico-filosófico-política seja preservada, junto à sua utilização flexibilizada para atender às demandas específicas de cada contexto, para que seja potencializada sua função como ferramenta de diagnóstico e planejamento participativo e de transformação social.

Foi observada uma possível relação entre o número de ferramentas aplicadas nos DRPs e a presença dos cinco princípios teóricos estabelecidos. Estudos que utilizaram uma maior diversidade de ferramentas, como Souza (2009) e Ferreira de Freitas, Freitas e Dias (2013), relataram a utilização de mais ferramentas e demonstraram maior alinhamento com esses princípios. Dos textos que tiveram mais princípios observados, também pode ser ressaltada uma maior especificação da demanda da aplicação do DRP e, em especial, as motivações por optar pelo método. Esses estudos também se destacaram pela adaptação das ferramentas às particularidades dos participantes e pelo estímulo ao protagonismo, com planejamento detalhado e estratégias de desenvolvimento endógeno. Por outro lado, trabalhos que utilizaram poucas ferramentas, como Mattos *et al.* (2011) e Nunes *et al.* (2021), apresentaram uma abordagem mais limitada, sendo possível identificar apenas aspectos pontuais da aplicação de princípios fundamentais, como inclusão social ou desenvolvimento local.

Conforme os artigos analisados, as principais organizações responsáveis pela aplicação da metodologia do DRP são instituições de ensino superior, por meio de seus programas de extensão universitária, como universidades federais e estaduais, além de organizações não governamentais e instituições técnicas, como a EMATER. Entre elas, as universidades se destacam como mediadoras e promotoras do método, frequentemente vinculando sua utilização à elaboração de projetos acadêmicos e ao incentivo de práticas extensionistas em comunidades. Entretanto, é importante ressaltar que o recorte acadêmico pode ter impacto considerável no resultado, visto que registros científicos são característicos do ambiente universitário. Esse delineamento acadêmico é uma limitação conjuntural, uma vez que muitas aplicações de DRPs, principalmente no setor privado, originam relatórios cujo acesso é restrito.

A análise dos atores sociais envolvidos nas intervenções analisadas demonstrou que o DRP foi aplicado a uma ampla diversidade de grupos no meio rural, incluindo agricultores familiares, assentados rurais, comunidades indígenas, pequenos produtores e, em áreas

urbanas, estudantes universitários e moradores de algumas áreas da cidade. A princípio, as iniciativas tiveram como objetivo entender as necessidades desses grupos e desenvolver soluções adaptadas às suas realidades específicas de forma a incluí-los no processo.

Os contextos sociais mais utilizados nas aplicações do método estão concentrados em áreas rurais e corresponderam a 72,7% dos casos analisados, incluindo assentamentos de reforma agrária, propriedades domiciliares, comunidades indígenas e áreas suburbanas, onde são utilizadas técnicas participativas para diagnosticar problemas sociais e ambientais. Nas áreas urbanas, 27,3% do total de casos, houve relatos do uso principalmente em projetos habitacionais e diagnósticos em cursos universitários.

E por fim, as principais aplicações das metodologias participativas nos trabalhos analisados incluem: a elaboração de planos de desenvolvimento local, diagnóstico de conflitos ambientais, planejamento estratégico em organizações comunitárias, promoção de práticas pedagógicas, fortalecimento de políticas públicas e avaliação de projetos sociais. As técnicas mais utilizadas envolveram entrevista semiestruturada, matriz FOFA, mapeamento participativo e construção de linhas do tempo, evidenciando a flexibilidade do DRP em se adaptar a diversas demandas.

Os resultados apontaram que, embora a flexibilidade da metodologia permita sua adaptação a diferentes realidades, há desafios significativos na preservação de sua essência participativa e emancipatória. A falta de detalhamento nos registros das aplicações dificulta a avaliação da efetividade do método e limita a análise da extensão em que seus princípios fundamentais são incorporados. Ademais, observou-se que, em alguns casos, o DRP é tratado como uma ferramenta de coleta de dados, sem que haja preocupação com a essência do método, a autogestão. Um exemplo disso é o princípio da inclusão social, que aparece frequentemente na experiência analisada. No entanto, poucos dos textos analisados discorrem sobre a seleção de ferramentas apropriadas às especificidades dos participantes, como idade, nível de escolaridade e necessidades específicas. O que pode ser um indicativo de que, embora a inclusão seja amplamente citada, nem sempre é tratada de forma crítica e contextualizada, o que pode reduzir a eficácia do processo participativo.

É importante ressaltar que a constatação de que as ferramentas e técnicas participativas são utilizadas pelos mediadores de forma desconexa do quadro epistemológico e teórico do método participativo, e de forma fundamentada em ideias de modernização, não significa uma condenação da validade metodológica, mas sim uma crítica do comportamento dos

articuladores (BRACAGIOLI NETO; DAL SOGLIO, 2022). Por isso, faz-se necessário enfatizar a importância do processo e da elaboração das perguntas norteadoras e/ou dos objetivos da aplicação das ferramentas para justificar a escolha da técnica e propiciar maior sucesso em sua aplicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios encontrados na realização deste trabalho foi a necessidade de utilizar uma ferramenta de busca mais abrangente em vez de bases de dados científicas específicas. Essa escolha foi necessária devido à escassez de artigos publicados sobre o tema em bases de dados segmentadas, enquanto os buscadores reúnem um volume maior de conteúdo. A solução da utilização do Google Acadêmico ampliou o número de trabalhos que atenderam aos critérios definidos nesta pesquisa, entretanto, acentuou a quantidade de textos não científicos ou que não atendiam aos critérios para análise, demandando um maior esforço na triagem e seleção dos materiais mais relevantes.

Outro aspecto a ser observado foi a predominância de textos com informações parciais, que dificultaram uma análise mais apurada sobre a aplicação da técnica de DRP. A ausência de detalhamentos sobre as ferramentas utilizadas, as dinâmicas entre facilitadores e participantes e a avaliação do impacto final do diagnóstico foi uma constante em vários artigos, salientando a necessidade de um maior rigor metodológico nos registros das experiências. Essa falta de informações robustas compromete a análise acadêmica e pode comprometer o próprio potencial do DRP como uma metodologia transformadora.

Com isso, reflexões importantes para pesquisas e diagnósticos participativos, como a crítica de uma pesquisa-ação que possui o fim em si mesma, são trazidas à discussão. Ao se distanciar da aplicação, isentando-se de tratar de onde surgiu a demanda e os resultados a longo prazo, pode-se debater a possibilidade de que algumas pesquisas possam ter sua demanda na necessidade de produção científica, sendo seu objetivo final a produção da pesquisa por si só, tornando a comunidade e as pessoas participantes, que tenham sido mobilizadas para o alcance de objetivos, apenas um instrumento ou meio. Enfatizo, assim, uma ponderação sobre a necessidade de estabelecer claramente nos registros das experiências com DRP os vieses e objetivos que levaram à realização da aplicação e, em especial, à escolha do método.

O estudo reforçou a visão de que o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) pode ser uma metodologia versátil e potente para a construção coletiva de conhecimento e planejamento participativo, desde que sua utilização seja acompanhada de critérios rigorosos e alinhada aos fundamentos teóricos que o sustentam. Sendo assim, a análise das práticas do método no contexto brasileiro possibilitou uma sistematização e reflexão sobre possibilidades de melhorias nas boas práticas da aplicação do DRP no meio acadêmico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. C. L.; CARDOSO, A. J. G. Diagnóstico Rápido Participativo e Matriz Swot: Estratégias de Planejamento Estratégico com Base na Atual Posição do Curso de Secretariado Executivo UEPA. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 2, p. 117–137, 2014. DOI: 10.7769/gesec.v5i2.283. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/283> . Acesso em: 12 dez. 2023.

BRACAGIOLI NETO, A. *et al.* **Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 23-36, maio de 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CAMPBELL, J. A. Critical appraisal of participatory methods in development research. **International journal of social research methodology**, v. 5, n. 1, p. 19–29, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13645570110098046>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. POR UMA NOVA EXTENSÃO RURAL: FUGINDO DA OBSOLESCÊNCIA. **Extensão Rural**, n. 2, p. 7–32, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6376> . Acesso em: 17 set. 2024.

CARVALHO, S. M. G.; PIO, P. M. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 428-445, maio/ago. 2017.

CHAMBERS, R. Editorial: Responsible well-being — a personal agenda for development. *World development*, v. 25, n. 11, p. 1743–1754, 1997.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência. Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Óikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p.11 -21. 2017.

DIESEL, V. *et al.* Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**, v. 1, p. 31-44, 2006.

FERREIRA DE FREITAS, A.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 11, n. 2, 2013. DOI: 10.14393/REE-v11n22012-20780. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20780>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão Rural no Brasil: novos tempos. Brasília, **Revista Brasileira de Tecnologia**, 13 (4): 19 5, jul/ago 1984.

GOMES, M. A. O.; SOUZA, A. V. A.; CARVALHO, R. S. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos sócio-econômicos em empreendimentos agropecuários. **Agropecuária e Ambiente**, Belo Horizonte, v. 21, n. 202, p. 110-119, jan./fev. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Schindwein-2/publication/342662642_Bioindicadores_de_qualidade_e_de_impactos_ambientais_da_atividade_agropecuaria/links/5eff2c8b458515505087ade5/Bioindicadores-de-qualidade-e-de-impactos-ambientais-da-atividade-agro

[pecuaria.pdf#page=112](#). Acesso em: 29 nov. 2021.

ITCP-UFV. Metodologia de incubação. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, 2020. Disponível em: <https://itcp.ufv.br/metodologia-de-incubacao/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

LELIS, D. A. S.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. A necessidade das intervenções: extensão rural como serviço ou como direito? **Interações (Campo Grande)**, v. 13, n. 1, p. 69–80, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100007>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): fundamentos teórico-práticos. **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 3, n. 2, p. 10-28, 2015. Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/764>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MATTOS, C. A. C. *et al.* **Estratégias de planejamento a partir do diagnóstico rápido participativo e da análise SWOT: um estudo na comunidade de São Bento. Salinópolis-PA.** 2011. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/971986>. Acesso em: dez. 2023.

MEDVEDOVSKI, N. S. *et al.* Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP): um relato sobre a ferramenta como instrumento para processos participativos em habitação de interesse social- Uma Ação Extensionista. **Expressa Extensão**, v. 20, n. 2, p. 99-116, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/6277>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MIRANDA, E. *et al.* A aplicação de diagnóstico rural participativo (DRP) no assentamento Três Lagoas – Castro/PR: Uma discussão sobre território e identidade. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, n. 4, p. 36–46, 2015. DOI: 10.5433/got.2015.v.1.31930. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31930>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLoS medicine*, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.

MORO, M. L. F. Crianças com crianças, aprendendo: interação social e construção cognitiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 79, p. 31–43, 1991. Disponível em: <https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/1014>. Acesso em: 17 out. 2024.

MOTA DE SOUSA, L. M. *et al.* Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 1, n. 1, p. 45–55, 2018. Disponível em: <http://rper.aper.pt/index.php/rper/article/view/20>. Acesso em: 29 nov. 2022.

NEVES, C. E. B.; NEVES, F. M. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. **Sociologias**, n. 15, p. 182–207, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000100007>. Acesso em: 18 out. 2024.

NUNES, A. T. *et al.* Diagnóstico rápido participativo sobre os impactos da usina eólica nas comunidades rurais de Caetés-PE. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 2, p. 2072–2083, 2021.

Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1793. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; SANTANA, M. V. V. DRP - Diagnóstico Rural Participativo: Um Instrumento Para A Realização Da Atividade De Vistoria Social No Programa Nacional De Crédito Fundiário. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 6, n. 11, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/36>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PEREIRA, J. R. **Diagnostico Participativo: o Método DRPE**. 1. ed. Tubarão: Perito, 2017. v. 1.

PRINCIPAIS itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, jun. 2015. Disponível em:

http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2023.

RIGHES, A. C. M.; PAIVA, J. V.; SARTURI, R. C. Trabalho pedagógico: uma experiência com a metodologia de diagnóstico rápido participativo. **Revista Triângulo**, v. 13, n. 2, p. 93-110, 2020. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/4896>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ROCHA, L. O. *et al.* Diagnóstico Participativo/Rural aplicado à criação de aves e suínos caipiras em regiões periurbanas no município de Senador Canedo (GO). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 2, p. 135-152, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/80420556/1821.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, V. P.; FILGUEIRA, P. V. S. Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e291973791, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.3791. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3791>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVEIRA, A. C. M. O REPENSAR EXTENSIONISTA: A dialógica freireana e a tecnocracia modernizante na agricultura brasileira. **Ciencia rural**, v. 23, n. 1, p. 87-94, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84781993000100016>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Em Extensão, Uberlândia**, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380>. Acesso em: 12 dez. 2023.

TEIXEIRA, T. S *et al.* O DRPE Como Método de Intervenção da Gestão Social. **Rev. FSA, Teresina**, v.16, n.4, art. 1, p. 03-19, jul./ago. 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 69.